

RELATO INTEGRADO E A SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

Por José Roberto Kassai e Guillermo Braunbeck, Fernando Murcia, Eduardo Flores, Vania Borgerth e João Mangabeira.

Este é o quinto artigo da série Desenvolvimento Sustentável e a edição anterior abordou o Balanço Contábil das Nações (BCN), evidenciando a situação privilegiada do Brasil em relação a outros países nos cenários de mudanças climáticas globais. Se os países já estivessem adotando versões ESG do produto interno bruto (PIB), o PIB brasileiro ultrapassaria 4 trilhões de dólares, com os serviços ambientais produzidos por nos-

as florestas e biodiversidades e, nos casos dos EUA e Japão, p.ex., seriam menores ou negativos.

Nesta edição, abordaremos a trajetória do Relato Integrado ou Integrated Reporting, sob a lente particular do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP). Confira esse testemunho que se pode somar a muitos outros.



INTRODUÇÃO

Em 2014 foi publicado na revista FIPECAFI um artigo intitulado “Relato Integrado – a nova revolução contábil” (CARVALHO/KASSAI,01/08/2014) e o seu conteúdo retratava os trabalhos realizados no país para o aprimoramento dos relatos corporativos, incluindo as dimensões financeiras e não financeiras; ou na linguagem atual, nas dimensões ambiental, social and corporate Governance (ESG).

Durante a primeira década deste século, as ações envolvendo questões de sustentabilidade nos relatos corporativos ainda eram incipientes e os eventos realizados na Univer-

sidade de São Paulo para promover essa temática atraíram pequenos públicos, às vezes com menos de dez participantes.

No dia 12 de maio de 2010, foi realizado um evento sob a coordenação do NECMA/USP, intitulado “Diálogo IFRS & GRI” e acredita-se ser o primeiro evento no país para discutir sobre o relato integrado. Este evento foi realizado na Sala da Congregação da FEA/USP, cuja capacidade é de 80 pessoas e, de forma inesperada, compareceram mais de duzentas pessoas e o público restante foi alojado com telão numa sala anexa.

Os resultados desse encontro foram publicados nos anais da EnANPAD (KASSAI/HA/CARVALHO;2011) e mostraram a necessidade da convergência entre a contabilidade e os relatórios de sustentabilidade e que, no futuro, as publicações deveriam ser obrigatórias e sujeitas à auditorias.

Este futuro chegou, mais cedo do que imaginávamos, como será abordado aqui. Desde pequenos eventos realizados na Bolsa de Valores de São Paulo (B3); as reuniões da Comissão Internacional do Relato Integrado (IIRC) e do Accountint for

Sustainability (A4S); os encontros na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a coordenação de Vania Borgerth; a criação da Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relatório Integrado (CBARI); a adoção

do relato integrado na prestação de contas exigidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU); e, dentre outros, as iniciativas globais e a parceria com a IFRS Fondation para a adoção obrigatória desses relatos, com a padronização das normas ESG e de auditoria.

LINHA DO TEMPO DO RELATO INTEGRADO

-
- A vertical timeline on the left side of the page, marked with years 1929, 1991, and 1996. Each year is accompanied by a grey circular marker and a vertical line extending upwards. The text for each event is positioned to the right of the line.
- 1929** ● **A Grande Depressão Econômica**
a crise de 29 persistiu nos EUA ao longo da década de 1930 e, a partir de então, os relatórios corporativos tiveram que evoluir para acompanhar as necessidades do mercado. Aqueles relatórios contábeis simples e frágeis evoluíram, desde a qualidade e controle das informações, passando pela melhoria nas normas de auditoria, dos relatórios de administração até os completos Formulários de Referência. Somente a partir da década de 1990 é que as empresas passaram a se interessar por relatórios socioambientais. Um século após, parece que estamos passando por uma “grande depressão ecológica”.
 - 1991** ● **Professor Nelson Carvalho**
foi um dos pioneiros no país a tratar sobre essa temática de meio ambiente e membro fundador do NECMA/USP. Às vésperas da RIO-92, publicou um artigo na Revista Brasileira de Contabilidade (RBC/1991), denominado “Contabilidade e Ecologia” e plantou uma semente para que a contabilidade despertasse para as questões sociais e ambientais, sobre as mudanças climáticas e a necessidade de descarbonização das economias. Ao ser questionado sobre como ele já estava antenado com esses assuntos naquela época, o professor disse que acompanhava essas discussões há tempos nas reuniões da ONU.
 - 1996** ● **ISO 14000**
em 1993 foi criado o Comitê Técnico TC 207 para elaboração de uma série de normas relacionadas com a gestão ambiental e, em 1996, foi publicado a ISO 14001, 14010 E 14011, traduzidas para o português pela ABNT na série NBR ISO 14000, válidas a partir de 02/12/1996. Em 2010 surgiu a ABNT NBR ISO 26000, com diretrizes sobre responsabilidade social.

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE) é uma organização sem fins lucrativos dedicada à cidadania e foi fundado em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e os economistas Carlos Afonso e Marcos Arruda. Em 1997 foi lançado o pioneiro Balço Social IBASE, incentivando as empresas a relatarem informações de natureza econômica, social, ambiental, trabalhistas e de cidadania

Professor Eliseu Martins

o professor foi um dos pioneiros na FEA/USP em incluir aspectos sociais e ambientais na contabilidade, incentivou o Relatório IBASE (1997) e orientou as teses nessa área dos professores Márcia Martins Mendes de Luca (1997), Maisa de Souza Ribeiro (1998) e Ariovaldo dos Santos (1999)

CDP 2000

ou Carbon Disclosure Project (CDP) é uma organização internacional sem fins lucrativos com sedes no Reino Unido, Japão, Índia, China, Alemanha, Brasil e EUA, cujo objetivo é criar uma relação entre acionistas e empresas focadas em oportunidades de negócios decorrente do aquecimento global. Por meio de um questionário, o CDP estruturou um banco de dados com indicadores sobre empresas, cidades, governos e regiões, relacionados com o propósito de descarbonização das economias mundiais

Mervyn King 2002

as primeiras iniciativas sobre o relato integrado surgiram por ocasião da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+10/2002), realizada em Joanesburgo e liderada pelo ex-juiz do Supremo Tribunal da África do Sul e presidente emérito do Internacional Integrated Reporting (IIRC), Mervyn King. Foi lançada a segunda versão do “Código King” de governança corporativa da África do Sul (King II), incluindo o termo Integrated Sustainability Reporting e baseado no modelo GRI e na abordagem do Triple Bottom Line (TBL). A versão “King III” foi lançada em 2009 com a proposição de integração das informações financeiras e de sustentabilidade e passou a ser obrigatória em março de 2010 para as empresas listadas na bolsa de valores de Joanesburgo. A versão “King IV” foi lançada em 2016, consolidando o Relato Integrado e governança corporativa baseada na transparência.

● Criação da GRI

A Global Reporting Initiative (GRI), sediada na Holanda, é a iniciativa mais completa sobre relatórios de sustentabilidade e emitiu suas primeiras normas em 2002. É oportuno mencionar que essa ONG havia sido criada originalmente em 1997 em Boston/EUA

2004 ● NBCT 15

é uma norma brasileira de contabilidade, de aplicação voluntária e regulamentada pela Resolução 1003 de 19/08/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estabelece procedimentos para a evidenciação de informações de natureza social e ambiental das entidades e compreende quatro aspectos: a geração e a distribuição de riquezas (DVA), os recursos humanos, a interação com a sociedade, e a interação com o meio ambiente

● Accounting for Sustainability (A4S)

é um grupo criado por sua Alteza o Príncipe de Gales (atual Realeza o Rei Charles), para desenvolver sistemas de relatórios e de tomadas de decisão que consideram as consequências mais amplas e de longo prazo. Isso inclui ações capazes de responder aos desafios de sustentabilidade do século 21 e inspirar líderes empresariais e financeiros para a construção de modelos de negócios resilientes e sustentáveis. Alguns brasileiros fazem parte desse grupo, como: Nelson Carvalho, Roberto Pedote e Vania Borgerth.

2005 ● ISE/B3

o Brasil foi pioneiro na América Latina em lançar uma carteira teórica de investimentos na Bolsa de Valores (B3), relacionada com os aspectos ESG, denominado Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e foi o quarto em âmbito mundial. Foi um longo processo, aproveitando-se as experiências de outros países (EUA, Inglaterra e África do Sul) e sob a diretoria de Sonia Favaretto. Em 2010 foi criado o ICO2/B3, que é uma carteira do Índice de Carbono Eficiente, cujo objetivo é discutir o sobre mudanças do clima no Brasil

2006 ● STERN Review

o relatório STERN foi elaborado por Nicolas Stern, economista britânico e do Banco Mundial e refere-se a um estudo encomendado pelo governo britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas neste século. Foi apresentado ao público em 30/10/2006, contendo 662 páginas e sua principal conclusão é que com um investimento de apenas 1% do PIB mundial, pode-se evitar uma perda correspondente a 20% desse mesmo PIB. Este relatório representou um marco na linha do tempo, pois despertou o interesse do mercado e das empresas em relação às mudanças climáticas globais. Em 2009 foi publicada uma versão brasileira deste relatório, sob a coordenação de Carlos Nobre e Jacques Marcovith, denominada Economia das Mudanças Climáticas do Brasil (EMCB), contendo as previsões de tudo o que pode ocorrer no país até o final do século, sendo indispensável a sua leitura.

o Brasil foi um dos pioneiros a adotar integralmente as normas internacionais de contabilidade ou International Financial Reporting Standards (IFRS), com a mudança da lei das Sociedades Anônimas. Foi uma mudança radical e as empresas tiveram prazo para implementar de 2007 até 2010. Apesar de ser uma mudança profunda, não havia originalmente nada previsto em relação aos aspectos ESG

foi a primeira pesquisa de natureza multidisciplinar do NECMA/USP, propondo um modelo para a elaboração de balanços contábeis de países, considerando-se informações de natureza ESG, como: PIB, consumo de energia, emissões de gases de efeito estufa, sumidouros de carbono, florestas e biodiversidades. Para a época foi a primeira iniciativa de um relato integrado. (Curiosamente, o artigo foi recusado num dos principais congressos de contabilidade no país, sob a alegação de que não se tratava de contabilidade; mas em seguida recebeu vários prêmios nacionais e internacionais)

gestor e especialista em sustentabilidade, foi um dos primeiros a questionar a academia sobre as mudanças na Lei das Sociedades Anônimas (2007) e a importância de se incluir aspectos socioambientais. Com base em suas provocações junto ao NECMA/USP, e ao consultar o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), descobriu-se que não havia nada previsto em relação aos aspectos ESG e, por recomendação do professor Eliseu Martins, formou-se ações paralelas com esse fim

em 12/05/2010 foi realizado o primeiro evento no país para tratar sobre o relato integrado, ou a convergência dos relatórios contábeis com os relatórios de sustentabilidade. Este evento foi abrilhantado com a palestra de abertura pelo CEO internacional da GRI – Ernest Ligteringen – e contou a presença de pessoas do CPC e da GRI, dentre eles: Ernest Ligteringen, Gláucia Terro, Nelson Carvalho, Eliseu Martins, Arioaldo dos Santos, Robert Henry Srou, Carlos Eduardo Lessa Brandão, Sonia Favaretto, Fernando Eliezer Figueiredo, Roberto Gonzales, Jacques Marcovith, Izak Kruglianskas, Carlos Roberto Azzoni, Mario Monzoni, Meire Ferreira, Yara Cintra e José Roberto Kassai



Ernest Ligteringen

2010 ● Criação do IIRC

em 02/08/2010, três meses após a reunião na FEA/USP, o professor Nelson Carvalho e o CEO da GRI, Ernest Ligteringem, foram convidados para participar de uma reunião em Londres para a criação do Conselho Internacional do Relato Integrado ou Integrated Reporting Council (IIRC). Em sua composição, privilegiou-se a participação de especialistas em contabilidade (big four) e de um grupo de investidores com uma carteira invejável (16 trilhões de dólares). Segundo Carvalho, que representou a academia e o NECMA/USP, a reunião foi aberta por Sua Alteza o Príncipe de Gales (atual Realeza o Rei Charles) com as seguintes palavras: “Nossos filhos e netos não terão o mesmo nível de conforto que nós tivemos, diante dos fenômenos de mudanças climáticas, ... os relatórios corporativos atuais são insuficientes para que as empresas enfrentem os desafios deste século”.



2011 ● Disciplina na FEA/USP

desde o ano de 2011 é oferecida na USP a disciplina “Relato Integrado e Sustentabilidade”, dos quais já passaram mais de 1.5 mil alunos. É uma disciplina optativa e aberta a alunos de graduação e pós-graduação, e também para ouvintes da comunidade. Nos primeiros anos, os conteúdos baseavam-se nas anotações do professor Nelson Carvalho das reuniões da Comissão Internacional do Relato Integrado e, a partir de 2013, com base no framework IIRC e em palestras de muitos especialistas. Todos os materiais e vídeos estão disponíveis gratuitamente no link e no Canal Youtube @professorkassai.

● Draft do Framework Integrated Reporting

no dia 11/11/2011, às 11hs (coincidência?), foi lançado na B3, e simultaneamente nas respectivas bolsas de valores dos países do G20, o primeiro rascunho do Framework do Relato Integrado

● SASB (Sustainability Accounting Standards Board)

ou Conselho para Padrões Financeiros de Sustentabilidade, é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 2011 por Jean Rogers para desenvolver normas e padrões de contabilidade da sustentabilidade para cada um dos 77 setores adotados

dois após a criação da Comissão Internacional do Relato Integrado (IIRC), criou-se a Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado (CBARI), sob a coordenação de Vania Borgerth (BNDES) e com a colaboração de mais de quatrocentos especialistas e voluntários.

RIO+20 e o artigo 47º

no relatório final da ONU, intitulado “O Futuro que Queremos”, e com os esforços do IIRC, foi incluído o artigo 47º reconhecendo a importância do Relato Integrado e de Sustentabilidade e incentivando as empresas, os governos e partes interessadas a desenvolver os melhores modelos de relatos corporativos ESG. Segue o texto original:

“We acknowledge the importance of corporate sustainability reporting and encourage companies, where appropriate, especially publicly listed and large companies, to consider integrating sustainability information into their reporting cycle. We encourage industry, interested governments and relevant stakeholders with the support of the United Nations system, as appropriate, to develop models for best practice and facilitate action for the integration of sustainability reporting, taking into account experiences from already existing frameworks and paying particular attention to the needs of developing countries, including for capacity building. (The future we want. United Nations. RIO+20 United Nations Conference on Sustainable Development, 20-22 Jun 2012”.

Campanha Relate ou Explique da B3

a Bolsa de Valores de São Paulo, sob a coordenação de Sonia Favaretto, lançou uma campanha para que as empresas listadas publicassem seus relatórios de sustentabilidade ou explicasse o motivo ou argumentos de não os fazer. Foi uma campanha exitosa e em pouco tempo todas as empresas passaram a publicar seus relatórios ESG. Algumas delas ainda o fazem por questões de marketing ou greewashing, mas isso não importa nesse momento, pois há que se ter paciência e muito respeito para que as entidades se adequem nesse período de transição (próximas duas décadas), ou da “falência planejada das empresas do século 20” (Claude Henry/2012)

Relato Integrado no IBGC

em outubro de 2013 o NECMA/USP participou do lançamento do livro “O Futuro da Governança Corporativa” do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), sendo responsável pelo capítulo 10, intitulado “Relato integrado” (CARVALHO/KASSAI/2013).

● Lançamento framework Integrated Reporting

finalmente, após quatro anos de reuniões quadrimestrais (inclusive aqui no Brasil), com o empenho dos 40 integrantes da Comissão Internacional do Relato Integrado (IIRC), e com a presença dos brasileiros Nelson Carvalho (USP), Roberto Pedote (Natura) e Vania Borgert (BNDES), foi divulgado internacionalmente a primeira norma do Relato Integrado, no formato de Framework (orientações e conteúdos principiológicos)

● Empresas pioneiras do Relato Integrado

uma das ações para a implementação do Relato Integrado foi a adesão de empresas voluntárias em todo o mundo, com destaque para nove empresas brasileiras: BNDES, Itaú Unibanco, AES Brasil, Petrobrás, Via Gutenberg, Aegon NV, Votorantim, CCR e Natura.

2015 ● TCFD (Task Force on Climate-Related Financial Disclosures)

é uma força tarefa para a divulgação de informações claras, comparáveis e consistentes sobre os riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas. Foi criado pelo Financial Stability Board (FSB), curiosamente por demanda dos setores bancários e financeiros

2016 ● Acordo de Paris

enquanto o Protocolo de Kyoto (1997) demorou duas décadas para ser regulamentado, o Acordo de Paris foi aprovado em dois meses na Conferência das Partes da ONU em Paris (COP 27). O seu objetivo único é: frear o aquecimento global e conter o aumento médio da temperatura global em até dois graus Celsius. Até 2023 a temperatura média já atingiu um aumento de 1.1 graus Celsius e, para que se tenha êxito no Acordo de Paris, provavelmente as metas terão que ser mais apertadas

● Livro Integrated Reporting (Palgrave/Macmillan)

visando a divulgação internacional, o NECMA/USP participou como coautor do livro “Integrated Reporting a new accounting disclosure”, sendo responsável pelo capítulo 10, intitulado “Integrated Reporting: When, why and how dit it happen?” (KASSAI/CARVALHO,2016).

2017 ● Campanha Relate ou Explique ODS da B3

a Bolsa de Valores de São Paulo (B3), lançou uma segunda campanha para que as empresas listadas passassem a relatar sobre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) ou explicar o motivo ou argumentos para não os fazer. A iniciativa voluntária abrangeu o universo de mais de 400 empresas e mais de 40% delas já aderiram

o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da Decisão Normativa TCU 170/2018 de 26/12/2018, tornou obrigatório o uso do Relato Integrado nos relatórios de prestação de contas de todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC), com base no framework do Integrated Reporting (RI). Diante dos problemas de corrupção, esta decisão atende à Lei 13.303/2016, de responsabilidade das estatais, objetivando maior transparência e confiança perante a sociedade dessas instituições. O gestor é o responsável pelo processo de agregação de valor de sua entidade

Capítulo Relato Integrado no livro Manual da FIPECAFI (GEN/ATLAS) ●

o NECMA/USP escreveu um capítulo adicional sobre Relato Integrado para o Manual de Contabilidade Societária da FIPECAFI, 3ª edição, 2018

Livro Contabilidade Ambiental Relato Integrado e Sustentabilidade (GEN/ATLAS) ● 2019

O NECMA/USP lançou este livro com os conteúdos da disciplina EAC558 Relato Integrado e Sustentabilidade, oferecida na FEA/USP desde 2011. Ele aborda contabilidade e finanças para ecologistas e sustentabilidade para executivos de negócios.

OCPS 09 do CFC ● 2020

em 2019 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) constituiu um grupo de trabalho para a análise e elaboração de norma sobre relatórios ESG e, após o prazo de audiência, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu e editou a Orientação CPC nº 09 sobre Relato Integrado (OCPC-9). Imediatamente, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu a Resolução nº 14, orientando as empresas a adotarem o Framework do Relato Integrado na elaboração de relatórios ESG

Revisão do Framework do RI ● 2021

em janeiro de 2021, uma revisão do framework do IIRC foi publicada, após processo global de audiências públicas com 1.5 mil respondentes, mas com poucas alterações relevantes

Value Reporting Foundation (VRF) ●

em junho de 2021 o International Integrated Reporting Council (IIRC) e o Sustainability Accounting Standards Boards (SASB) se fundiram na Value Reporting Foundation (VRF), com o objetivo de oferecer um conjunto abrangente de recursos para ajudar empresas e investidores a desenvolver uma compreensão compartilhada do valor empresarial, com base no princípio do pensamento integrado, no framework do Relato Integrado e nas ferramentas e padrões do SASB

2022 ● IFRS Foundation

em agosto de 2022 a Value Reporting Foundation (VRF) se fundiu à IFRS Foundation e foi criada uma nova entidade denominada International Sustainability Standards Board (ISSB) e, junto com o International Accounting Standard Board (IASB), trabalham juntos para chegar a um acordo sobre como construir e integrar a estrutura de Relatos Integrados e incentivar a adoção contínua do Integrated Reporting Framework

● IFRS Foundation – ISSB e IASB

portanto, a partir de agosto de 2022, a IFRS Foundation é o órgão atual responsável pela emissão das normas dos relatos corporativos, tendo duas divisões: o IASB responsável pelas normas contábeis, e o ISSB responsável pelas normas da apresentação das informações ESG. Veja a sua estrutura na figura seguinte

Estrutura normativa da IFRS Foundation



* IIRC atua como órgão consultivo para o IASB e o ISSB com relação à conectividade da informação via conceitos e princípios orientadores do Relato Integrado

● Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS)

o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com base na resolução CFC 1.670 de 9/06/2022, criou o **CBPS**, cujo objetivo é: o estudo, a preparação, a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade, e a divulgação de informações dessa natureza para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)*. O CBPS é composto por dois representantes de cada uma das seguintes instituições: **Abrasca, Apimec, B3, CFC, Ibracon, Fipecafi**, assim como de entidades representativas de investidores do mercado de capitais

2023 ● Resolução nº 59/2021 da CVM

a partir de 2 de janeiro de 2023 entra em vigor a Resolução CVM 59/21 que altera a resolução 480-481/2009 com as seguintes alterações: (1) obrigatoriedade de reportar as métricas ESG, (2) ampliação dos aspectos ESG nos formulários de referências

os dois primeiros IFRS Sustainability Disclosure Standards (IFRS S1 e IFRS S2) estão previstos para serem emitidos no decorrer do ano de 2023 e com vigência a partir de 2024, rumo à obrigatoriedade de adesão pelas entidades empresariais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que tal fazermos um resumo da linha do tempo da trajetória do Relato Integrado com base na “sopa de letras e siglas” da figura a seguir?

Resumindo, já passamos da fase das normas de caráter orientativos e principiológicos ou do que fazer (Framework); e entramos na fase de como fazer (Standards), com base nas normas a serem validadas internacionalmente.

São muitas as entidades que contribuíram e continuam contribuindo para esse tão almejado objetivo, ou seja: a implementação padronizada, comparável e compulsória de Relatos Integrados e de Sustentabilidade. O IIRC não se extinguiu, nem o Relato Integrado, mas continuam fazendo parte e contribuindo, agora, para este modelo de

sucesso que foi adotado na implementação e convergência das IFRS no mundo e no Brasil (2007/2010). Os dois braços internacionais da IFRS Foundation – IASB e ISSB – serão os responsáveis pela elaboração das normas contábeis e de relatos ESG ou das “IFRS-S”.

Para atendimento ao princípio da legalidade, essas normas serão validadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) – dos quais três dos coautores deste artigo fazem parte – e simultaneamente, pelos respectivos órgãos normativos de cada setor.

Para finalizar, já que estamos vivendo uma nova fase de “Standards”, mesmo que ainda numa fase imatura: o que é um relato integrado na prática?. Como se define ou se aprimora um modelo de negócios?, como se determina os conteúdos relevantes ou materiais?, como a entidade lida com os princípios básicos ou com os oito elementos de conteúdo?, qual a delimitação dos seis capitais?

Esses temas serão discutidos na próxima edição, com espaços para discussões e exemplos práticos e você poderá entender o porque o GRI não se tornou o próprio relato integrado e a essência do pensamento integrado.

Concluindo esta edição, o desafio está tanto no mundo profissional, na academia e nos órgãos normativos – pois essa nova realidade de comunicação e de gestão corporativa ainda são novidades para todos – e irá provocar mudanças à altura dos desafios previstos para este século 21.



José é professor da FEA/USP, FIPECAFI, UNIVESP e ENAP, doutor em Contabilidade Ambiental. Autor e coautor de duas centenas de artigos e de 15 livros, com destaque para Contabilidade Ambiental – Relato Integrado e Sustentabilidade (GEN/ATLAS, 2019). Coordenador do NECMA/USP/FIPECAFI – jrkassai@usp.br



Vania é professora da FUCAPE e NECMA/FEA/USP, doutoranda em Relatos Corporativos (FUCAPE), mestre em Contabilidade (IBMEC) e em Contabilidade Internacional IFRS (FIPECAFI). Membro do Accounting for Sustainability (A4S), diretora do International Ethics Standards Board for Accounting (ISAR/ONU), representante do IBGC no International Integrated Reporting Council (IIRC). Contadora do BNDES (1992-2020) e Coordenadora da Comissão Brasileira do Relato Integrado (CBARI) – vborgerth@gmail.com



Eduardo é professor da FEA/USP, doutor em Contabilidade e Controladoria (USP), mestre em Ciências Contábeis (Fecap), graduado em Ciências Contábeis (Fecap) e em Ciências Atuariais (USP), pós-doutorado na FEA/USP e FGV/SP. Membro Advisory Council of IFRS Foundation, Board-member of the International Integrated Report Council (IIRC), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – eduardoflores@usp.br



Guillermo é professor da FEA/USP e da FIPECAFI, doutor em Controladoria e Contabilidade, graduado em ciências contábeis (FIPECAFI) e em ciências econômicas (Unicamp), auditor e conselheiro de diversas empresas, membro do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – braunbeck@usp.br



Fernando é professor da FEA/USP e FD/USP, doutor em Controladoria e Contabilidade (USP), mestre em Contabilidade (UFSC), graduado em Administração (EUA), em Contabilidade (UNIVALI) e em direito (UNIP). Diretor de pesquisas (FIPECAFI), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – murcia@usp.br



João é professor e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp), mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (Unicamp), graduado em Agronomia (UFPE e UEBA). Membro do NECMA/USP – joao.mangabeira@embrapa.br